



RELATÓRIO
ANUAL

2016



SUMÁRIO

Mensagem do Presidente	02
Dados da Cooperativa	03
Nossa Visão e Nossa Missão	04
Relatório da Administração	05
Balanço Patrimonial	08
Demonstração de Sobras ou Perdas	10
Demonstração de Mutações do Patrimônio	11
Demonstração de Fluxo de Caixa	12
Desempenho do Sicoob Crediuna	13
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	19
Parecer do Conselho Fiscal	37
Parecer da Auditoria	38

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Prezados associados,

É com grande satisfação que apresento o resultado atingido por nossa cooperativa no ano de 2016.

Conseguimos mais uma vez mostrar que é possível alcançar e até mesmo superar as expectativas em meio a um contexto econômico desfavorável, ao manter os princípios cooperativistas. É gratificante ver uma cooperativa que iniciou suas atividades há 27 anos tornar-se sólida e ser referência em todo o sistema financeiro. Buscamos a cada dia aprimorar nosso atendimento, seja qualificando nossos profissionais e/ou ampliando nossas estruturas físicas, de forma a atender as demandas e necessidades de nossos associados. Outro diferencial é o nosso amplo portfólio de produtos e serviços, que nos permite orientar e ofertar o melhor para vida financeira de cada membro cooperado.



Hoje o Sicoob Crediuna conta com uma equipe de mais de 100 empregados diretos, prontos para atender as demandas de nossas nove agências localizadas nas cidades de Bonfim, Brumadinho, Crucilândia, Igarapé, Itatiaiuçu, Itaúna, Mateus Leme, Mário Campos e Rio Manso. Vale ressaltar que temos a perspectiva de ampliação em nossa área de atuação.

Com a ciência de que o mérito de nosso crescimento é de cada um de nossos associados, que confiam em nossa cooperativa e nos impulsionam ao melhor, desejamos que juntos, consigamos fortificar ainda mais a nossa marca.

Tenho orgulho de fazer parte de uma instituição onde diretoria, empregados e associados visam o mesmo objetivo: o crescimento e sucesso do Sicoob Crediuna. Desta forma, agradeço a cada um que contribuiu para este resultado positivo e espero que nossos laços se estreitem ainda mais. Que no final deste exercício de 2017, possamos novamente comemorar a continuidade do crescimento de nossa cooperativa!

Um grande abraço,

Luciano Olímpio Guimarães

Presidente do Conselho de Administração do Sicoob Crediuna

DADOS DA COOPERATIVA

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE ITAÚNA LTDA.
SICOOB CREDIUNA

Bonfim

Rua Benedito Valadares, 222
Centro
Bonfim - MG
(31) 3576-1684

Brumadinho

Rua Presidente Vargas, 136
Centro
Brumadinho - MG
(31) 3571-3385

Crucilândia

Av. Coronel Parreiras, 424
Centro
Crucilândia - MG
(31) 3574-1627

Igarapé

Rua Cristiano Machado, 426
Centro
Igarapé - MG
(31) 3534-3584

Itaúna (Matriz)

Rua Silva Jardim, 822
Bairro Universitário
Itaúna - MG
(37) 3249-2100

Itatiaiuçu

Praça Antônio Quirino da Silva, 88
Centro
Itatiaiuçu - MG
(31) 3572-1707

Mário Campos

Rua João de Carvalho, 74
Centro
Mário Campos - MG
(31) 3577-2344

Mateus Leme

Rua Getúlio Vargas, 270
Centro
Mateus Leme - MG
(31) 3535-1496

Rio Manso

Rua Antônio Pedro de Melo, 28
Centro
Rio Manso - MG
(31) 3573-1220

DIRETORIA EXECUTIVA

Geraldo Márcio de Moraes
Diretor Executivo Administrativo

Paulo César de Freitas
Diretor Executivo Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Olímpio Guimarães
Presidente do Conselho de Administração

Lindair Vicente de Resende
Vice Presidente do Conselho de Administração

CONSELHEIROS DA ADMINISTRAÇÃO

Moacir Parreiras da Silva
Maria Lucélia de Oliveira Antunes
Clébio Augusto da Silva
Rosenei Monteiro Lima Andrade
Etelvino Carvalho Santos
José Maria Dornas

CONSELHO FISCAL

EFETIVO
Daniel Faria Oliveira
Arísio de Oliveira Campos
Luiz Fernando Longo

SUPLENTE
José Lúcio Naves
Nilzo José de Faria
Fábio Emídio da Silva

NOSSA VISÃO

"Ser reconhecida como a melhor e mais segura solução financeira e de serviços para o associado e suas comunidades"

NOSSA MISSÃO

"Assegurar aos associados e suas comunidades, através da cooperação, soluções financeiras e de serviços comprometidos com o seu desenvolvimento econômico e social."

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDIUNA completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CREDIUNA obteve um resultado de R\$5.787.232,79 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 22,59%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$39.948.586,94. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$91.449.837,75.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$18.616.768,50	20,36%
Carteira Comercial	R\$72.833.069,25	79,64%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 24,56% da carteira, no montante de R\$22.458.929,10.

4. Captação

As captações, no total de R\$91.409.964,39, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 27,77%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$23.308.143,81	25,50%
Depósitos a Prazo	R\$68.101.820,58	74,50%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 23,10% da captação, no montante de R\$ 21.949.901,69.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIUNA na data-base de 31/12/2016 alcançou o valor de R\$24.976.285,72. O quadro de associados era composto por 10.624 cooperados, havendo um acréscimo de 13,03% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDIUNA adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito na AGO realizada em 31/01/2014, com mandato até a AGO de 2017, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIUNA aderiram, em 24/12/2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2016, a Ouvidoria do SICOOB CREDIUNA registrou 13 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente.

Das 13 reclamações, 09 foram consideradas procedentes esclarecidas e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para a parte envolvida, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. E quanto a outro restante foi considerada como improcedente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCOOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCOOP pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui o seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio, às operações de crédito realizadas entre as Cooperativas participantes e instituições como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, BDMG, BANCOOB e outros bancos parceiros e nas hipóteses de descentralização, liquidação e/ou exclusão.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Itaúna - MG - 23 de Janeiro de 2017.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda.
SICOOB CREDIUNA

Luciano Olímpio Guimarães
Presidente do Conselho Administração

Clébio Augusto da Silva
Conselheiro de Administração

José Maria Dornas
Conselheiro de Administração

Moacir Parreira da Silva
Conselheiro de Administração

Paulo Cesar de Freitas
Diretor Executivo Financeiro

Lindair Vicente de Resende
Vice Presidente do Conselho Administração

Etelvino Carvalho Santos
Conselheiro de Administração

Maria Lucélia de Oliveira Antunes
Conselheira de Administração

Rosenei Monteiro Lima Andrade
Conselheira de Administração

Geraldo Márcio de Morais
Diretor Executivo Administrativo

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	103.882.713,39	82.989.211,69
<u>Disponibilidades (Nota 4)</u>	1.800.250,92	1.371.050,48
<u>Relações Interfinanceiras(Nota 5)</u>	39.948.586,94	39.218.523,25
Centralização Financeira - Cooperativas	39.948.586,94	39.218.523,25
<u>Operações de Crédito (Nota 6)</u>	60.197.472,45	40.781.008,19
Operações de Crédito	62.559.043,09	42.545.415,95
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.361.570,64)	(1.764.407,76)
<u>Outros Créditos(Nota 7)</u>	837.340,86	828.382,10
Créditos por Avais e Fianças Honrados	134.167,25	8.971,74
Rendas a Receber	505.637,36	544.323,83
Diversos	301.678,14	277.778,05
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(104.141,89)	(2.691,52)
<u>Outros Valores e Bens (Nota 8)</u>	1.099.062,22	790.247,67
Outros Valores e Bens	993.555,75	763.474,97
Despesas Antecipadas	105.506,47	26.772,70
Realizável a Longo Prazo	29.756.865,95	23.706.149,79
<u>Operações de Crédito (Nota 6)</u>	28.890.794,66	22.936.919,13
Operações de Crédito	28.890.794,66	22.936.919,13
<u>Outros Créditos (Nota 7)</u>	866.071,29	769.230,66
Diversos	866.071,29	769.230,66
Permanente	9.363.795,61	8.499.331,19
<u>Investimentos (Nota 9)</u>	3.863.171,83	3.774.383,51
Participações em Cooperativas	3.826.248,83	3.737.460,51
Outros Investimentos	36.923,00	36.923,00
<u>Imobilizado em Uso (Nota 10)</u>	5.500.623,78	4.610.144,71
Imóveis de Uso	2.590.793,00	2.398.493,32
Outras Imobilizações de Uso	4.631.608,33	3.454.492,18
(Depreciações Acumuladas)	(1.721.777,55)	(1.242.840,79)
<u>Diferido</u>	-	114.802,97
Gastos de Organização e Expansão	-	270.392,37
(Amortização Acumulada)	-	(155.589,40)
TOTAL DO ATIVO	143.003.374,95	115.194.692,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	101.599.537,84	81.333.733,63
<u>Depósitos (Nota 11)</u>	91.409.964,39	71.543.693,43
Depósitos à Vista	23.308.143,81	18.079.913,94
Depósitos a Prazo	68.101.820,58	53.463.779,49
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	1.932.961,86	2.155.912,34
Repasses Interfinanceiros	1.932.961,86	2.155.912,34
<u>Relações Interdependências (Nota 13)</u>	3.864.994,20	3.968.192,01
Recursos em Trânsito de Terceiros	3.864.994,20	3.968.192,01
<u>Outras Obrigações (Nota 14)</u>	4.391.617,39	3.665.935,85
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.325,46	11.363,41
Sociais e Estatutárias	1.125.504,15	865.806,79
Fiscais e Previdenciárias	481.860,82	364.710,64
Diversas	2.755.926,96	2.424.055,01
Exigível a Longo Prazo	15.781.737,28	14.339.406,37
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 12)</u>	14.860.105,60	13.520.619,96
Repasses Interfinanceiros	14.860.105,60	13.520.619,96
<u>Outras Obrigações (Nota 14)</u>	921.631,68	818.786,41
Diversas	921.631,68	818.786,41
Patrimônio Líquido (Nota 16)	25.622.099,83	19.521.552,67
<u>Capital Social</u>	15.506.503,42	12.817.919,86
De Domiciliados no País	15.554.409,47	12.862.918,86
(Capital a Realizar)	(47.906,05)	(44.999,00)
<u>Reserva de Lucros</u>	6.360.795,10	4.624.625,26
<u>Sobras Acumuladas</u>	3.754.801,31	2.079.007,55
TOTAL	143.003.374,95	115.194.692,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

		2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira		11.247.895,94	20.778.868,52	14.828.919,42
Operações de Crédito		11.247.895,94	20.778.868,52	14.828.673,96
Resultado das Aplicações Compulsórias		-	-	245,46
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira		(5.316.665,54)	(10.444.184,47)	(7.540.338,37)
Operações de Captação no Mercado		(4.150.974,07)	(7.716.207,92)	(5.767.441,41)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		(593.208,19)	(1.086.460,11)	(816.492,83)
Provisão para Operações de Créditos		(572.483,28)	(1.641.516,44)	(956.404,13)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		5.931.230,40	10.334.684,05	7.288.581,05
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais		(2.163.929,08)	(4.206.887,90)	(4.586.190,57)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		1.071.891,37	2.049.169,53	1.649.988,56
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias		1.735.872,85	3.346.493,91	2.391.706,71
Despesas (Dispêndios) de Pessoal		(4.004.954,11)	(7.712.101,09)	(6.904.496,42)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas		(3.702.810,16)	(7.180.668,02)	(6.089.903,70)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(85.547,95)	(155.055,00)	(107.012,07)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.775.288,24	5.078.066,58	4.331.693,94
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	18	670.569,01	1.539.580,49	1.123.971,66
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	19	(624.238,33)	(1.172.374,30)	(982.139,25)
Resultado Operacional		3.767.301,32	6.127.796,15	2.702.390,48
Resultado Não Operacional	20	16.404,39	(93.129,35)	(19.010,37)
Resultado Antes da Tributação/Participações		3.783.705,71	6.034.666,80	2.683.380,11
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(176.347,97)	(247.434,01)	(181.764,16)
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(100.254,84)	(138.368,01)	(99.455,63)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(76.093,13)	(109.066,00)	(82.308,53)
Sobras / Perdas antes das Destinações		3.607.357,74	5.787.232,79	2.501.615,95
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	16.d	-	(2.025.531,48)	(422.608,40)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		-	(289.361,64)	(178.019,28)
Reserva Legal		-	(1.736.169,84)	(244.589,12)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO		3.607.357,74	3.761.701,31	2.079.007,55

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas		Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal				
Saldos em 31/12/2014	9.615.226,09	(32.016,61)	4.380.036,14		2.740.438,53		16.703.684,15
Ao Capital	2.740.412,75				(2.740.412,75)		(25,78)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(25,78)		
Por Subscrição/Realização	1.293.394,12	(12.982,39)					1.280.411,73
Por Devolução (-)	(786.114,10)						(786.114,10)
Sobras ou Perdas Líquidas					2.501.615,95		2.501.615,95
FATES - Atos Não Cooperativos					(55.724,72)		(55.724,72)
. Fundo de Reserva			244.589,12		(244.589,12)		
. F A T E S					(122.294,56)		(122.294,56)
Saldos em 31/12/2015	12.862.918,86	(44.999,00)	4.624.625,26		2.079.007,55		19.521.552,67
Saldos em 31/12/2015	12.862.918,86	(44.999,00)	4.624.625,26		2.079.007,55		19.521.552,67
Ajustes de Exercícios Anteriores					(6.900,00)		(6.900,00)
Ao Capital	2.074.838,40				(2.074.838,40)		(4.169,15)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados					(4.169,15)		
Por Subscrição/Realização	1.747.941,51	(2.907,05)					1.745.034,46
Por Devolução (-)	(1.131.289,30)						(1.131.289,30)
Sobras ou Perdas Líquidas					5.787.232,79		5.787.232,79
. Fundo de Reserva			1.736.169,84		(1.736.169,84)		-
. F A T E S					(289.361,64)		(289.361,64)
Saldos em 31/12/2016	15.554.409,47	(47.906,05)	6.360.795,10		3.754.801,31		25.622.099,83
Saldos em 30/06/2016	15.195.126,53	(49.861,22)	4.624.625,26		2.179.875,05		21.949.765,62
Ajustes de Exercícios Anteriores					(6.900,00)		(6.900,00)
Por Subscrição/Realização	868.524,41	1.955,17					870.479,58
Por Devolução (-)	(509.241,47)						(509.241,47)
Sobras ou Perdas Líquidas					3.607.357,74		3.607.357,74
. Fundo de Reserva			1.736.169,84		(1.736.169,84)		
. F A T E S					(289.361,64)		(289.361,64)
Saldos em 31/12/2016	15.554.409,47	(47.906,05)	6.360.795,10		3.754.801,31		25.622.099,83

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

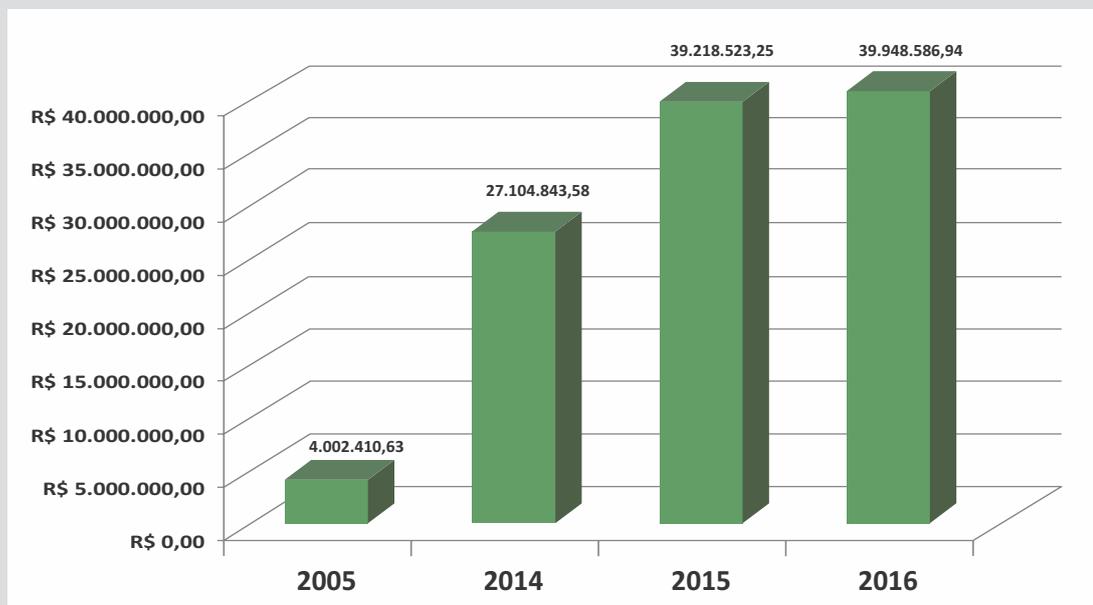
DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	3.783.705,71	6.034.666,80	2.683.380,11
Ajuste de Exercícios Anteriores	(6.900,00)	(6.900,00)	-
IRPJ / CSLL	(176.347,97)	(247.434,01)	(181.764,16)
Provisão para Operações de Crédito	156.609,85	597.162,88	65.390,35
Depreciações e Amortizações	279.702,65	513.124,04	403.090,64
Baixa no Imobilizado	10.239,15	10.239,15	-
	4.047.009,39	6.900.858,86	2.970.096,94
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(11.995.659,27)	(25.967.502,67)	(10.477.076,63)
Outros Créditos	207.001,95	(105.799,39)	(344.420,19)
Outros Valores e Bens	(156.030,74)	(308.814,55)	(624.647,79)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	1.266.093,83	5.228.229,87	1.068.647,66
Depósitos sob Aviso	(14.444,96)	15.563,18	(5.077,69)
Depósitos a Prazo	4.933.510,54	14.622.477,91	15.240.257,29
Outras Obrigações	779.338,06	828.526,81	(1.788.612,07)
Relações Interdependências	3.022.487,35	(103.197,81)	3.944.804,83
Relações Interfinanceiras	(557.296,13)	1.116.535,16	4.152.865,67
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	1.532.010,02	2.226.877,37	14.136.838,02
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	11.874,74	11.874,74	4.000,00
Inversões em Imobilizado de Uso	(593.541,92)	(1.427.077,70)	(1.597.689,84)
Inversões em Investimentos	(10.019,99)	(88.788,32)	(904.945,76)
Outros Ajustes	31.854,03	116.163,67	22.623,04
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(559.833,14)	(1.387.827,61)	(2.476.012,56)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	870.479,58	1.745.034,46	1.280.411,73
Devolução de Capital à Cooperados	(509.241,47)	(1.131.289,30)	(786.114,10)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(4.169,15)	(25,78)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(55.724,72)
FATES Sobras Exercício	(289.361,64)	(289.361,64)	(122.294,56)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	71.876,47	320.214,37	316.252,57
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	1.044.053,35	1.159.264,13	11.977.078,03
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	40.704.784,51	40.589.573,73	28.612.495,70
No Fim do Período	41.748.837,86	41.748.837,86	40.589.573,73
Variação Líquida das Disponibilidades	1.044.053,35	1.159.264,13	11.977.078,03

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DESEMPENHO DO SICOOB CREDIUNA

RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS LÍQUIDAS CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA*

2005	2014	2015	2016
4.002.410,63	27.104.843,58	39.218.523,25	39.948.586,94



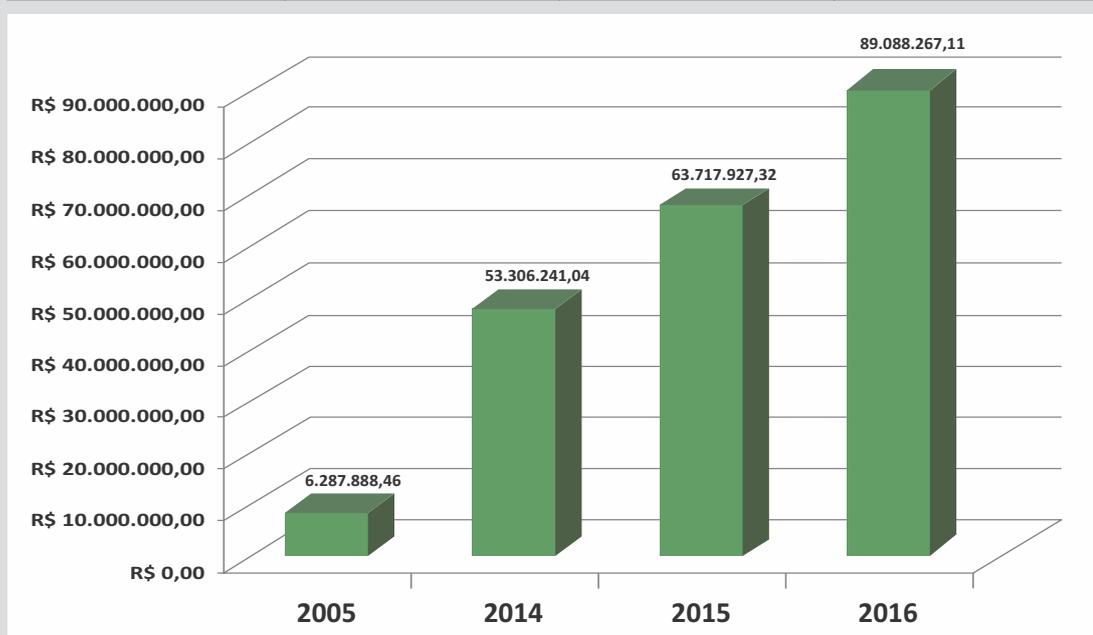
variação percentual de 2005 para 2016
898,11%

variação percentual de 2015 para 2016
1,86%

* referem-se a centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO*

2005	2014	2015	2016
6.287.888,46	53.306.241,04	63.717.927,32	89.088.267,11



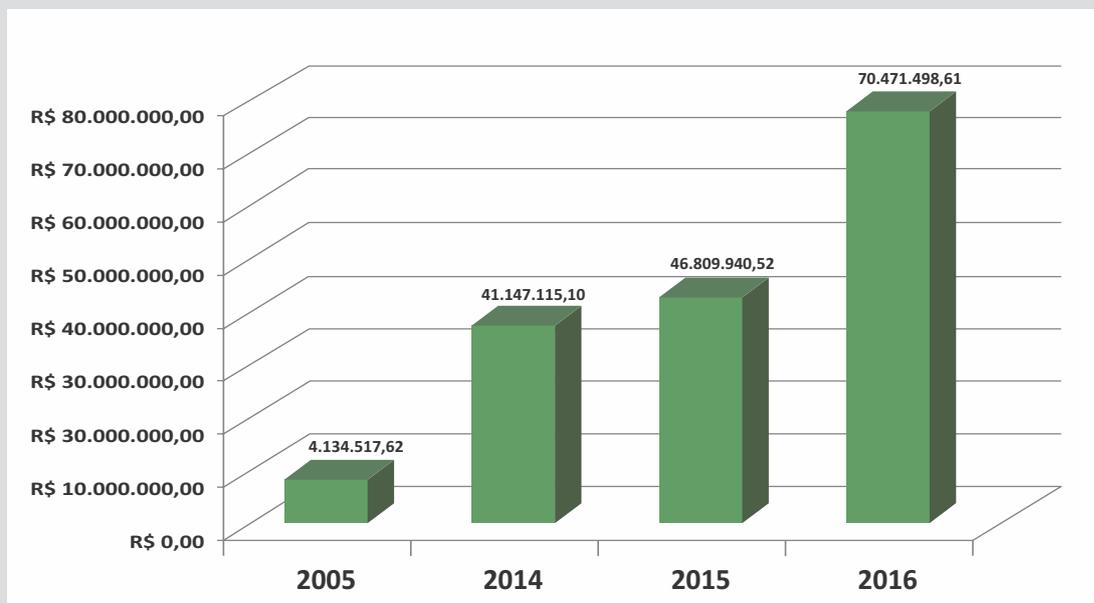
variação percentual de 2005 para 2016
1316,82%

variação percentual de 2015 para 2016
39,82%

* referem-se a todas as operações de crédito brutas do SICOOB CREDIUNA, compondo carteira comercial e carteira rural.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - CARTEIRA COMERCIAL*

2005	2014	2015	2016
4.134.517,62	41.147.115,10	46.809.940,52	70.471.498,61



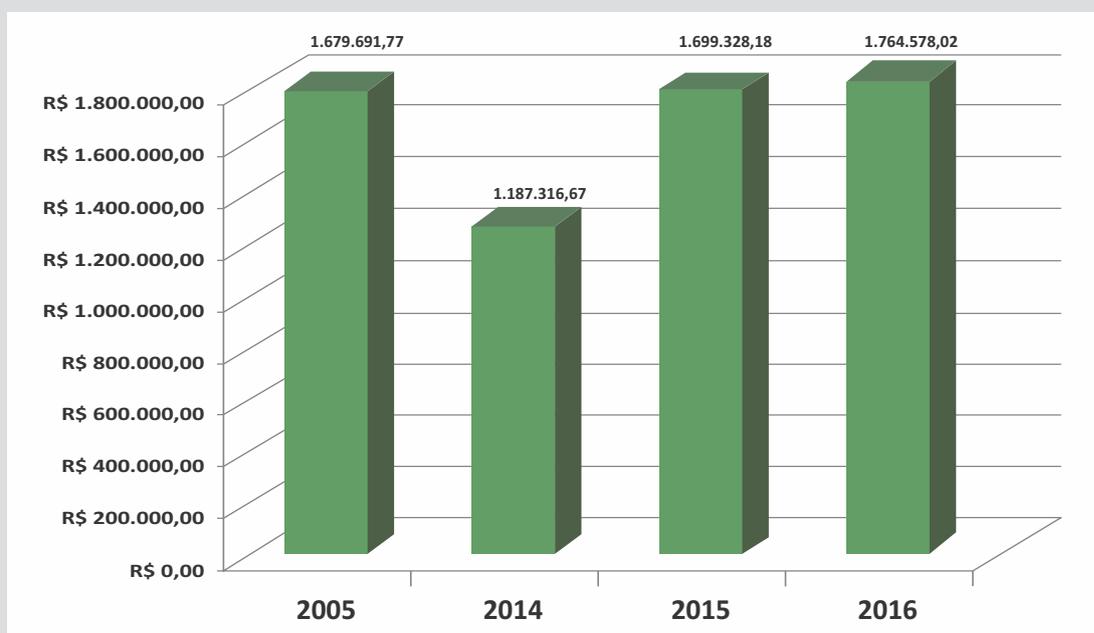
variação percentual de 2005 para 2016
1604,47%

variação percentual de 2015 para 2016
50,55%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área comercial, como: cheque especial, conta garantia, empréstimos, financiamentos e títulos descontados.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RPL - RECURSOS PRÓPRIOS LIVRES*

2005	2014	2015	2016
1.679.691,77	1.187.316,67	1.699.328,18	1.764.578,02



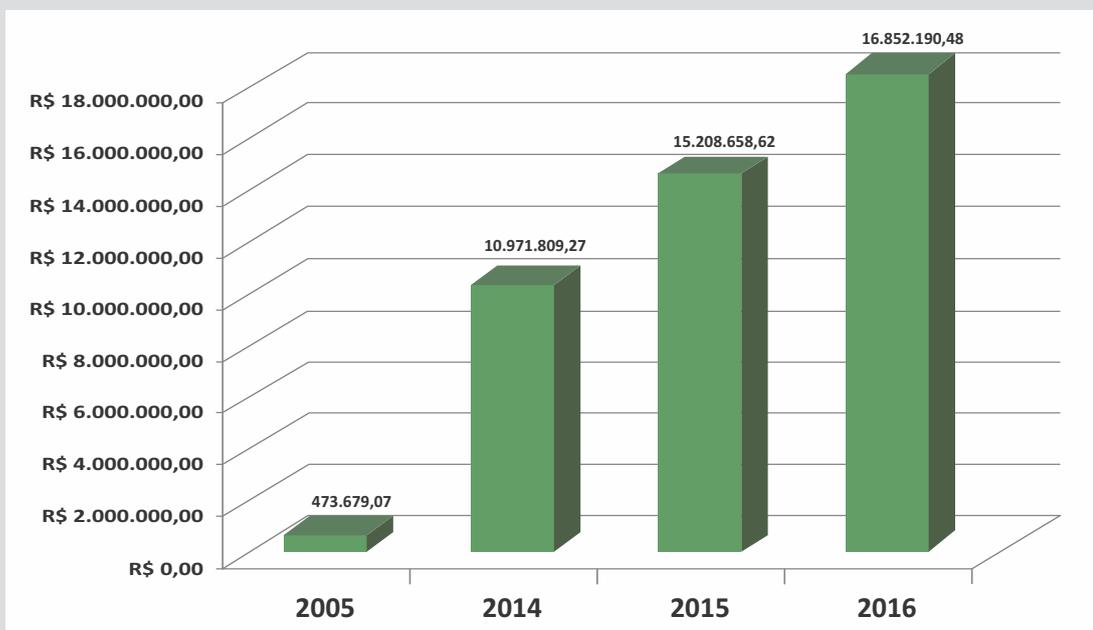
variação percentual de 2005 para 2016
5,05%

variação percentual de 2015 para 2016
3,84%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área rural, como: investimento pecuário e agrícola e custeio pecuário e agrícola (recursos próprios).

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - RECURSOS REPASSADOS*

2005	2014	2015	2016
473.679,07	10.971.809,27	15.208.658,62	16.852.190,48



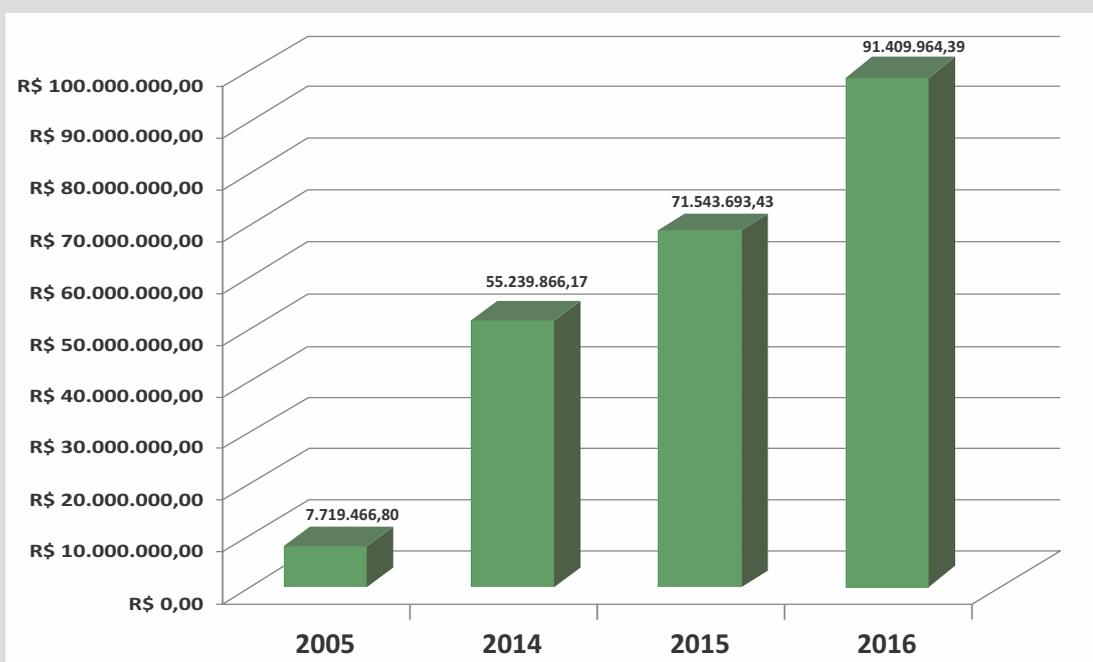
variação percentual de 2005 para 2016
3457,72%

variação percentual de 2015 para 2016
10,81%

* referem-se a todas as operações de crédito do SICOOB CREDIUNA destinadas a área rural, como: repasses, PRONAF, PROFLORA, BANCOOB, BNDES, em linhas de investimentos e custeio agrícola e pecuário e eventos do agronegócio em geral.

DEPÓSITOS TOTAIS*

2005	2014	2015	2016
7.719.466,80	55.239.866,17	71.543.693,43	91.409.964,39



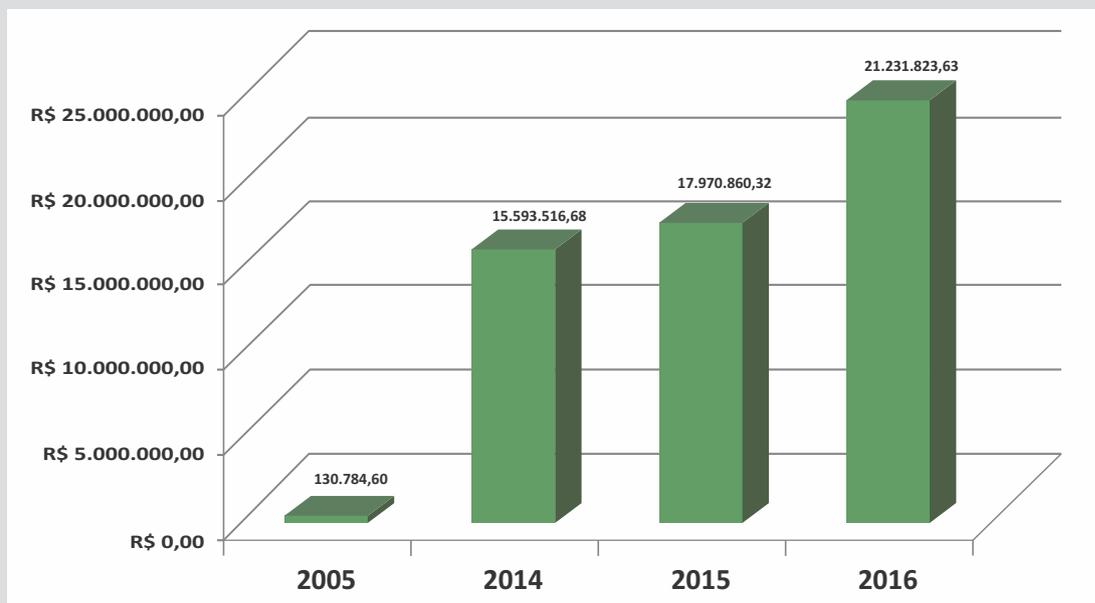
variação percentual de 2005 para 2016
1084,15%

variação percentual de 2015 para 2016
127,77%

*todos os recursos depositados por nossos associados em nossa credi, seja a vista ou a prazo, quando se trata de depósito a prazo existe remuneração de juros ao mesmo. Importante ressaltar que a credi conta com FGCOOP - Fundo Garantidor de Depósitos, regido pelo BACEN que garante o valor de **R\$ 250.000,00** por associado.

SALDO POUPANÇA*

2005	2014	2015	2016
130.784,60	15.593.516,68	17.970.860,32	21.231.823,63



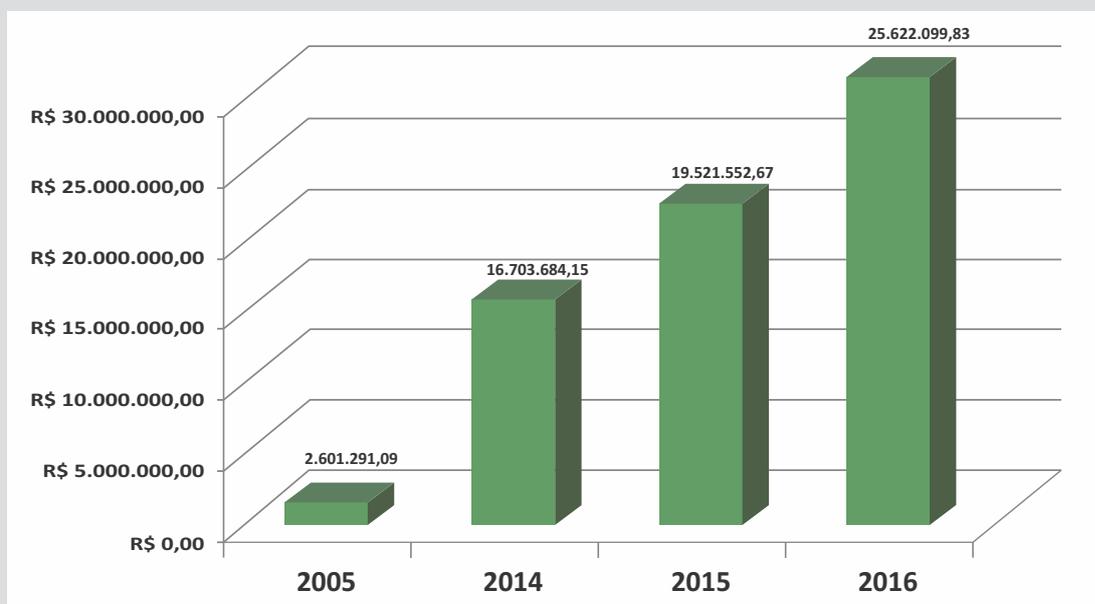
variação percentual de 2005 para 2016
16134,19%

variação percentual de 2015 para 2016
18,15%

*referem-se aos saldos de depósitos mantidos em conta poupança junto ao BANCOOB.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO*

2005	2014	2015	2016
2.601.291,09	16.703.684,15	19.521.552,67	25.622.099,83



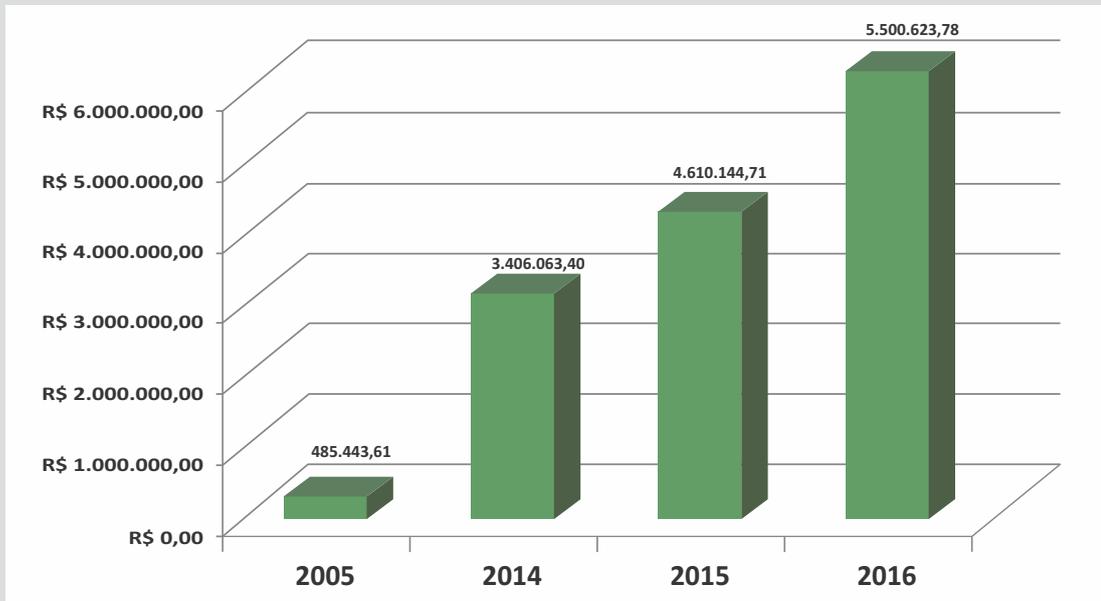
variação percentual de 2005 para 2016
884,98%

variação percentual de 2015 para 2016
31,25%

* referem-se aos valores pertinentes a conta capital, reserva legal e sobras acumuladas.

IMOBILIZADO DE USO*

2005	2014	2015	2016
485.443,61	3.406.063,40	4.610.144,71	5.500.623,78



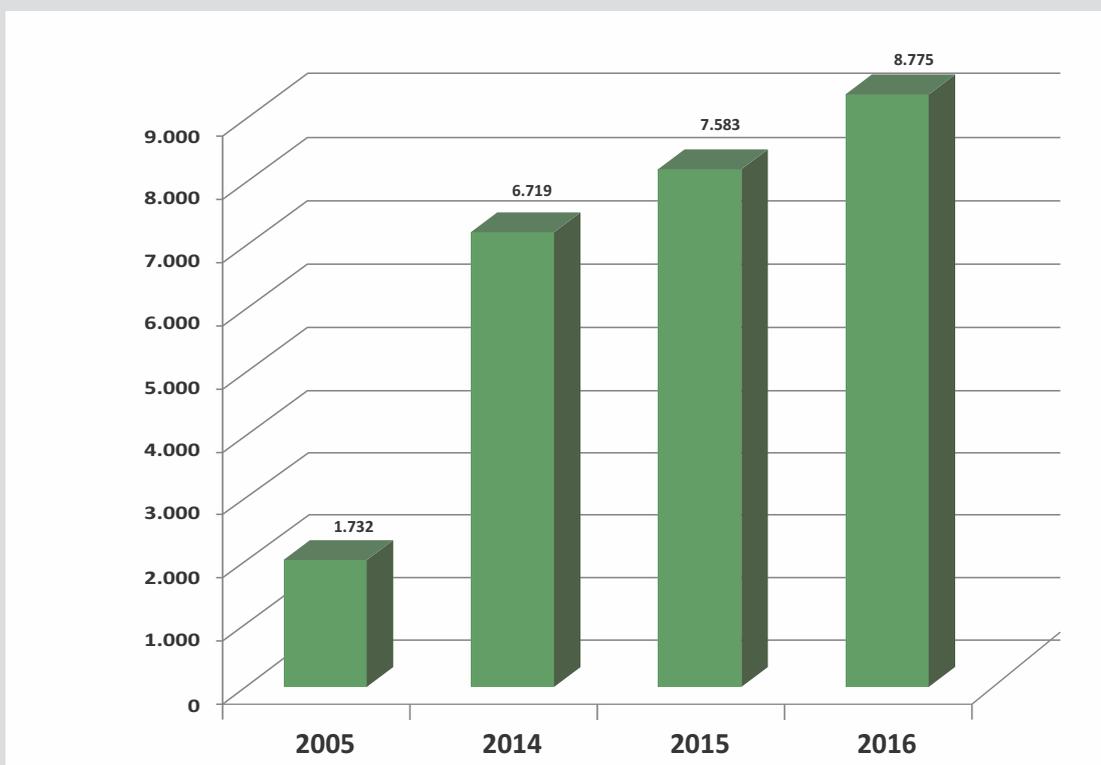
variação percentual de 2005 para 2016
1033,11%

variação percentual de 2015 para 2016
19,32%

* referem-se a todas as máquinas, equipamentos, licenças de uso de softwares, móveis, veículos, edificações, terrenos e gastos em benfeitorias de terceiros.

NÚMERO DE CONTAS CORRENTES*

2005	2014	2015	2016
1.732	6.179	7.583	8.775



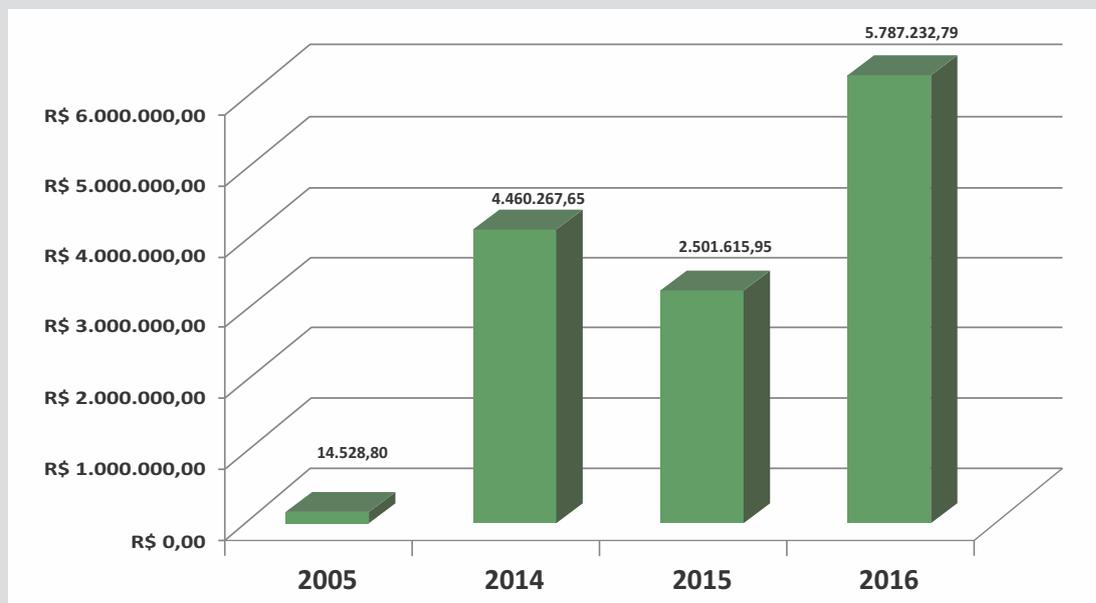
variação percentual de 2005 para 2016
406,64%

variação percentual de 2015 para 2016
15,72%

* referem-se ao montante de contas ativas e inativas mantidas na cooperativa.

SOBRAS BRUTAS DOS ANOS DE 2005, 2014, 2015 E 2016 - EVOLUÇÃO DAS SOBRAS*

2005	2014	2015	2016
14.528,80	4.460.267,65	2.501.615,95	5.787.232,79



variação percentual de 2005 para 2016
39732,83%

variação percentual de 2015 para 2016
131,34%

* referem-se as sobras do exercício antes das destinações legais.

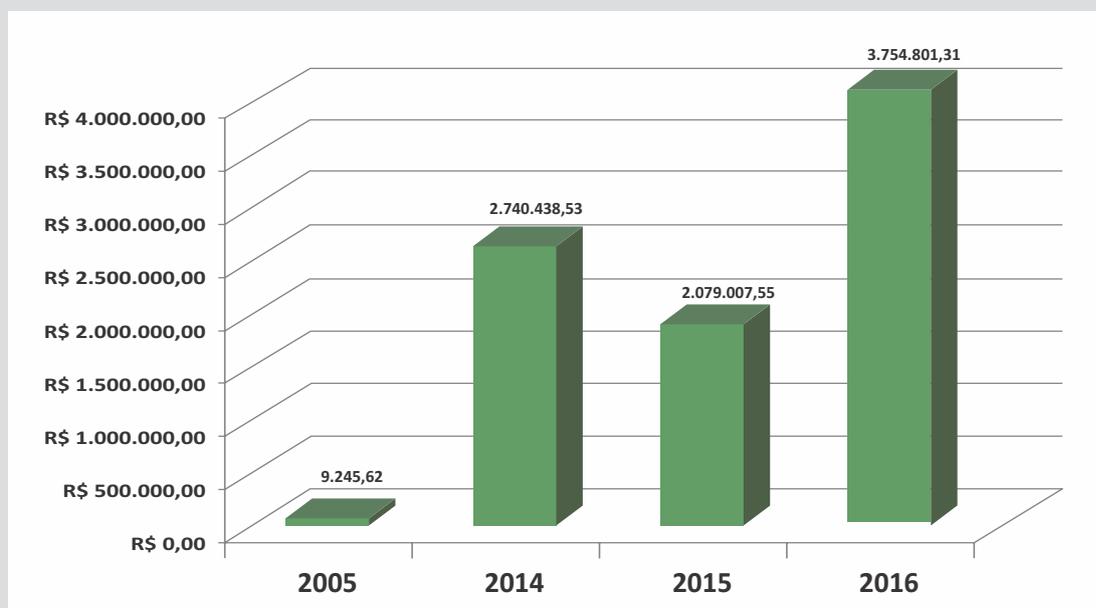
Em 2014 tivemos a reversão do Fundo Garantidor de Depósitos no valor de **R\$ 928.7276,66**.

Em 2015 as agências de Mário Campos e Brumadinho somaram um saldo negativo acumulado no exercício no valor de **R\$ 895.459,22**.

Em 2016 tivemos um crescimento real de **R\$ 3.285.616,84**.

SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA*

2005	2014	2015	2016
9.245,62	2.740.438,53	2.079.007,55	3.754.801,31



variação percentual de 2005 para 2016
40511,68%

variação percentual de 2015 para 2016
80,61%

*referem-se às sobras líquidas a disposição da assembleia, após a dedução das destinações legais e estatutárias, como FATES e Reserva Legal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/09/1989, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIUNA possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Crucilândia, Itatiaiuçu, Mateus Leme, Rio Manso, Igarapé, Bonfim, Mario Campos e Brumadinho.

O SICOOB CREDIUNA tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração e Diretoria em sua reunião de 24 de Janeiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações em títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras a serem mantidas até o seu vencimento são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Valor recuperável de ativos – "impairment"

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2016** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, aos qual a Cooperativa tem por diretriz.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2016**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	1.800.250,92	1.371.050,48
Relações interfinanceiras - centralização financeira	39.948.586,94	39.218.523,25
Total	41.748.837,86	40.589.573,73

5. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2016 e 2015**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira-Cooperativa (a)	39.948.586,94	39.218.523,25
Total	39.948.586,94	39.218.523,25

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	338.671,72	-	338.671,72	224.541,84
Cheque Especial / Conta Garantida	2.877.294,46	-	2.877.294,46	2.028.724,85
Empréstimos	31.081.100,07	16.640.763,03	47.721.863,10	30.632.244,96
Financiamentos	3.574.183,53	2.734.868,63	6.309.052,16	7.105.366,85
Títulos Descontados	15.586.187,81	-	15.586.187,81	8.583.469,78
Financiamento Rural Próprio	1.397.808,38	366.769,64	1.764.578,02	1.699.328,18
Financiamento Rural Repasses	7.703.797,12	9.148.393,36	16.852.190,48	15.208.658,62
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(2.361.570,64)	-	(2.361.570,64)	(1.764.407,76)
Total	60.197.472,45	28.890.794,66	89.088.267,11	63.717.927,32

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
AA	-	Normal	8.696.783,03	-	3.103.681,89	-
A	0,50%	Normal	51.436.000,89	257.180,17	33.368.455,86	166.842,28
B	1%	Normal	22.137.932,49	221.379,46	21.958.117,25	219.581,17
B	1%	Vencidas	917.397,51	9.173,98	1.376.927,70	13.769,28
C	3%	Normal	3.754.102,31	112.623,14	1.770.914,06	53.127,42
C	3%	Vencidas	941.516,18	28.245,50	1.221.892,03	36.656,76
D	10%	Normal	644.893,35	64.489,37	484.965,01	48.496,50
D	10%	Vencidas	923.681,33	92.368,19	605.923,99	60.592,40
E	30%	Normal	264.282,72	79.284,86	176.940,60	53.082,18
E	30%	Vencidas	240.019,67	72.005,94	190.811,86	57.243,56
F	50%	Normal	39.300,30	19.650,16	58.316,24	29.158,12
F	50%	Vencidas	46.244,71	23.122,37	197.344,93	98.673,17
G	70%	Normal	24.702,41	17.291,70	49.428,21	34.599,75
G	70%	Vencidas	60.750,26	42.525,21	86.767,60	60.737,32
H	100%	Normal	309.306,69	309.306,69	133.886,39	133.886,39
H	100%	Vencidas	1.012.923,90	1.012.923,90	697.961,46	697.961,46
Total Normal			87.307.304,19	1.081.205,55	61.104.705,51	738.773,81
Total Vencido			4.142.533,56	1.280.365,09	4.377.629,57	1.025.633,95
Total Geral			91.449.837,75	(2.361.570,64)	65.482.335,08	(1.764.407,76)
Provisões			(2.361.570,64)		(1.764.407,76)	
Total Líquido			89.088.267,11		63.717.927,32	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	12.805.958,94	18.275.141,13	16.640.763,03	47.721.863,10
Títulos Descontados	-	14.607.678,05	978.509,76	-	15.586.187,81
Financiamentos	-	1.229.200,75	2.344.982,78	2.734.868,63	6.309.052,16
Financiamentos Rurais	-	2.674.570,76	6.427.034,74	9.515.163,00	18.616.768,50
Adiantamento Depositante	338.671,72	-	-	-	338.671,72
Cheque Especial e C/G	2.877.294,46	-	-	-	2.877.294,46
Total	3.215.966,18	31.317.408,50	28.025.668,41	28.890.794,66	91.449.837,75

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Atividade Econômica	Vencido		A Vencer		
	A partir de 15 dias	até 3 meses	de 3 a 12 anos	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos
SET. PRIVATV. EMP. AGROPECUÁRIA		2.634,14			
SET. PRIVATV. EMP. INDÚSTRIA	683,72	1.902.772,64	946.023,40	788.557,02	
SET. PRIVATV. EMP. COMÉRCIO	387.673,68	7.335.350,78	5.599.883,55	4.880.294,67	252.485,14
SET. PRIV. I.M.S. SOC. CAPIT.	2.972,87	65.579,51	72.205,52	44.939,80	
SET. PRIV. OUTROS SERVIÇOS	274.076,93	7.753.491,60	6.291.892,81	5.636.648,60	180.409,93
PESSOA FÍSICA	503.523,10	13.003.066,05	16.134.650,37	14.774.195,44	366.870,02
SET. P. COM. COMPRA VENDA IMOV.		94.630,06	717.320,76	206.579,44	
SET. P. COM. COMPRA VEIC.		90.780,25	20.055,94	37.790,69	
Total	1.168.930,30	30.248.305,03	29.782.032,35	26.369.006,05	799.765,09

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	1.764.407,76	1.699.017,41
Constituições/Reversões no período	1.562.590,76	953.712,61
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(965.427,88)	(888.322,26)
Total	2.361.570,64	1.764.407,76

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	2.852.854,38	3,12%	1.843.139,53	2,81%
10 Maiores Devedores	14.942.594,07	16,34%	8.364.684,11	12,77%
50 Maiores Devedores	34.901.236,32	38,16%	21.850.249,19	33,36%

Obs.: Desconsiderados os grupos econômicos.

g) Movimentação de Créditos Baixados como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	4.088.344,26	3.460.547,25
Valor das operações transferidas no período	965.427,88	888.322,26
Valor das operações recuperadas no período	(453.382,33)	(225.297,62)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.751,27)	(35.227,63)
Total	4.597.638,54	4.088.344,26

h) Rendas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamento a Depositantes	982.987,78	667.507,38
Rendas de Empréstimos	12.848.923,18	8.652.597,52
Rendas de Títulos Descontados	3.160.842,58	1.988.160,35
Rendas de Financiamentos	1.829.972,94	2.177.160,13
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	404.692,86	306.879,57
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas	1.097.181,21	797.224,45
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	454.267,97	239.144,56
Total	20.778.868,52	14.828.673,96

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Crédito Por Avais e Fianças Honradas	134.167,25	8.971,74
Rendas a Receber (a)	505.637,36	544.323,83
Serviços Prestados a Receber	35.822,42	53.727,63
Outras Rendas a Receber	469.814,94	490.596,20
Diversos	1.167.749,43	1.047.008,71
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.722,79	7.095,02
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	2.422,73	60.939,44
Adiantamento por Conta de Imobilizações	4.000,00	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	866.071,29	769.230,66
Impostos e Contribuições a Compensar	1.224,61	1.032,21
Títulos e Créditos a Receber (c)	136.619,74	122.435,98
Devedores Diversos - País (d)	142.688,27	86.275,40
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(104.141,89)	(2.691,52)
Total	1.703.412,15	1.597.612,76

- (a) Em Rendas a Receber estão registrados: outras rendas de convênios (35.822,42), receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (465.091,44), rendas a receber da previdência social – INSS (3.502,93), e outras rendas a receber: Comissão Plano de Saúde (1.220,57);
- (b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS Faturamento Atos Cooperativos (38.134,67), PIS sobre Folha de Pagamento (289.655,43), COFINS Faturamento Atos Cooperativos (232.510,76) e CSLL (305.770,43);
- (c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas.
- (d) Em Devedores Diversos estão registrados pendências a regularizar Bancoob (28.024,69), Pendências a regularizar (36.956,19), outros (9.084,31) e Plano de Saúde (68.623,08).

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	993.555,75	763.474,97
Despesas Antecipadas (b)	105.506,47	26.772,70
Total	1.099.062,22	790.247,67

- (a) Recebimento de imóvel em dação de pagamento de dívidas, no valor de (R\$587.671,75), recebimento de veículos em dação de pagamento de dívida no valor de (R\$405.884,00).
- (b) Em despesas antecipadas é referente a prêmios de seguros, processamento de dados, vale refeição e alimentação e Fundo Valores Ressarcimento (FRV).

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCOOB**, conforme demonstrado.

Movimentação dos investimentos:

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Total
Saldos em 31/12/2015	3.737.460,51	36.923,00	3.774.383,51
Investimentos	78.768,33	-	78.768,33
Saldos em 30/06/2016	3.816.228,84	36.923,00	3.853.151,84
Saldos em 30/06/2016	3.816.228,84	36.923,00	3.853.151,84
Investimentos	10.019,99	-	10.019,99
Saldos em 31/12/2016	3.826.248,83	36.923,00	3.863.171,83

10. Imobilizado de uso

É demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa de Depreciação
Imobilizações em Curso (a)	1.065.815,89	716.971,65	-
Terrenos	51.102,11	51.102,11	-
Edificações	2.539.690,89	2.347.391,21	4%
Instalações Móveis e Equipamentos	1.723.055,06	1.392.063,00	10%
Sistema de Processamento de Dados	1.220.354,08	950.628,70	20%
Sistemas de Comunicação	42.815,49	42.209,49	10%
Sistema de Segurança	317.144,51	188.628,46	10%
Sistemas de Transportes	262.423,30	163.990,88	20%
TOTAL	7.222.401,33	5.852.985,50	-
Depreciação acumulada	(1.721.777,55)	(1.242.840,79)	-
TOTAL	5.500.623,78	4.610.144,71	-

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composta de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito a Vista	23.308.143,81	18.079.913,94
Depósito Sob Aviso	638.263,14	622.699,96
Depósito a Prazo	67.463.557,44	52.841.079,53
Total	91.409.964,39	71.543.693,43

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o **SICOOB SISTEMA CREDIMINAS** possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	78.990,08	70.933,03
Despesas de Depósitos a Prazo	7.510.213,88	5.595.476,28
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor	127.003,96	101.032,10
Total	7.716.207,92	5.767.441,41

12. Relações interfinanceiras / obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016		31/12/2015
			Circulante	Não Circulante	
CREDIMINAS	-	Diversos	-	-	2.155.912,34
BANCOOB	5,50% a 8,75% a.a.	Diversos	1.932.961,86	14.860.105,60	13.520.619,96
Total	-	-	1.932.961,86	14.860.105,60	15.676.532,30

13. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	3.769.171,94	3.918.523,00
Concessionárias de Serviços Públicos (b)	95.822,26	49.669,01
Total	3.864.994,20	3.968.192,01

- (a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, por solicitação dos associados, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016.
- (b) Refere-se a arrecadações de concessionárias de serviços públicos a serem repassadas.

14. Outras obrigações

14.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	486.797,28	664.143,15
Cotas de capital a pagar (b)	293.738,76	201.663,64
Gratificações a Pagar (c)	344.968,11	-
Total	1.125.504,15	865.806,79

- (a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
- (b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.
- (c) Refere-se à provisão para pagamento aos empregados referente à produtividade ano 2016.

14.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	95.927,48	45.113,39
Impostos e Contribuições a Recolher (b)	385.933,34	319.597,25
Total	481.860,82	364.710,64

- (a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 4º trimestre de 2016;
- (b) Refere-se a impostos sobre folha de pagamento como FGTS, IRRF, INSS, ISSQN e Provisão PIS Folha de pagamento;

14.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados	28.325,46	11.363,41
Obrigações por Aquisição de Bens e Direito	2.160,00	1.499,60
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.195.323,10	884.828,83
Despesas de Pessoal (b)	745.333,51	681.218,83
Outras Despesas Administrativas (c)	341.628,74	264.158,42
Provisão para Passivos Contingentes (d)	921.631,68	818.786,41
Provisão para Garantias Prestas	128.280,14	98.225,95
Credores Diversos - País (e)	165.533,02	399.502,59
Cheques Descontados (f)	177.668,45	94.620,79
Total	3.705.884,10	3.254.204,83

- (a) Referem-se a convênio firmado entre a Cooperativa e empresa para pagamento de salários;
- (b) Referem-se a provisões com despesas de pessoal, referente a férias, 1/3 de férias, INSS sobre férias e FGTS sobre férias;
- (c) Referem-se a provisões para despesas administrativas da Cooperativa;
- (d) Referem-se a provisões PIS Folha de Pagamento, PIS Faturamento, COFINS Faturamento e Ações Indenizatórias;
- (e) Referem-se a pendências a regularizar, diferenças de caixa, diferenças Bancoob, Créditos de Terceiros, Pagamentos a Processar e Rateio de despesas da central;
- (f) Referem-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016.

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
OUTROS PASSIVOS (a)	55.500,00	-	45.000,00	-
PIS FATURAMENTO (b)	38.134,67	38.134,67	36.023,43	36.023,43
COFINS FATURAMENTO (b)	232.510,76	232.510,76	219.518,49	219.518,49
CSLL FATURAMENTO	305.770,43	305.770,43	287.655,16	287.655,16
PIS FOLHA PAGAMENTO	289.715,82	289.655,43	230.589,33	226.033,58
PROVISÕES GARANTIAS PRESTADAS	128.280,14	-	98.225,95	-
TOTAL	1.049.911,82	866.071,29	917.012,36	769.230,66

- (a) Refere-se à provisão ações em que a cooperativa é parte envolvida.
- (b) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Movimentação das provisões para riscos e contingências:

Descrição	PIS FATURAMENTO / CONFINS	PIS S/ FOLHA	CSLL FATURAMENTO	OUTRAS Contingências	TOTAL
Saldo em 01/01/2015	247.967,35	201.598,29	278.570,16	28.648,84	756.784,64
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	7.574,57	28.991,04	9.085,00	114.577,11	160.227,72
Saldo em 31/12/2015	255.541,92	230.589,33	287.655,16	143.225,95	917.012,36
Saldo em 01/01/2016	255.541,92	230.589,33	287.655,16	143.225,95	917.012,36
Provisões/ Atualizações feitas durante o semestre	15.103,51	59.126,29	18.115,27	40.554,19	132.899,26
Saldo em 31/12/2016	270.645,43	289.715,82	305.770,43	183.780,14	1.049.911,82

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIUNA** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	15.506.503,42	12.862.918,86
Associados	10.624	9.399

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada em 11 de Março de 2016, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$2.079.007,55.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	5.787.232,79	2.501.615,95
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(55.724,72)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	5.787.232,79	2.445.891,23
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10% em 2015 e 30% em 2016	(1.736.169,84)	(244.589,12)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%.	(289.361,64)	(122.294,56)
Ajuste de Exercício anterior (e)	(6.900,00)	-
Sobra à disposição da Assembléia Geral	3.754.801,31	2.079.007,55

e) Ajustes de exercício anteriores

Refere-se à regularização lançamentos em bens não de uso próprio contabilizado indevidamente no exercício de 2015.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	1.545.167,23	1.208.370,93
Despesas específicas de atos não cooperativos	(134.081,42)	(94.079,26)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(684.910,61)	(618.606,91)
Resultado operacional	726.175,20	495.684,76
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas.	(93.129,35)	(19.010,37)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	633.045,85	476.674,39
Imposto de Renda e Contribuição Social	(247.434,01)	(181.764,16)
Valores conforme resolução Sicoob confederação nº 129/16 e 145/2016	(472.436,68)	(239.185,51)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(86.824,84)	55.724,72

18. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2016	2015
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	313.427,54	504.639,62
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honradas	-	57.969,41
Rendas de Repasses Interfinanceiros	298.360,92	93.467,75
Atualização de Depósitos Judiciais	58.066,00	52.118,90
Rendas de Cartões	498.256,39	291.320,32
Dividendos	9.359,92	7.211,13
Outras Rendas Operacionais (b)	362.109,72	117.244,53
TOTAL	1.539.580,49	1.123.971,66

- a) O valor registrado na rubrica Recuperação de encargos e despesas refere-se à reversão de provisão e recuperação de despesas.
- b) O valor registrado na rubrica Outras rendas operacionais refere-se a crédito distribuição de sobras da central e recebimento de sinistro.

19. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2016	2015
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	100.547,61	74.145,76
Descontos Concedidos em Renegociações	45.500,60	171.248,01
Cancelamento de Tarifas Pendentes	428.627,82	250.179,68
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	11.151,02	7.576,78
Provisão para Passivos Contingentes	126.033,74	133.120,71
Outras Despesas Operacionais	193.577,17	172.682,74
Outros	550,29	57.969,41
Provisão para Garantias Prestadas	52.743,88	98.225,95
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes Externas	4.092,60	10.913,93
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	2.097,00	6.076,28
Contribuições ao Fundo de Investimentos Tecnologia da Informação	207.452,57	-
TOTAL	1.172.374,30	982.139,25

20. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Lucros na Alienação de Valores e Bens	50.730,41	37.707,18
Ganhos de Capital	6.752,47	6.611,54
Outras Rendas Não Operacionais	-	17,03
Total de Receitas Não Operacionais	57.482,88	44.335,75
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(45.349,99)	(8.831,25)
Perdas de Capital	(51.752,59)	(26.730,29)
Outras	(53.509,65)	(27.784,58)
Total de Despesas Não Operacionais	(150.612,23)	(63.346,12)
Resultado Líquido	(93.129,35)	(19.010,37)

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e dos membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e se caracterizam basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Operações ativas e passivas no período de 01/01/2016 a 31/12/2016:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
13.588.365,73	14,86%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
1.155.501,49	1,70%

O valor de R\$13.588.365,73 refere-se às operações de empréstimos, títulos descontados e crédito rural concedidas no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

O valor de R\$1.155.501,49 refere-se a recursos de depósitos a prazo aplicados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

OPERAÇÕES ATIVAS - SALDO EM 31/12/2016:

CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL SALDO EM 31/12/2016		
Carteira Total	PCLD - (Provisão Crédito Liquidação Duvidosa) Total	% do PCLD em Relação ao Total da Carteira de Crédito
91.449.837,75	2.361.570,64	2,58%

OPERAÇÕES ATIVAS (Partes Relacionadas) - SALDO EM 31/12/2016				
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (Partes Relacionadas)	% das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total	PCLD (Partes Relacionadas)	% PCLD em relação ao Total de PCLD
Cheque Especial	139.210,99	0,15%	901,73	0,04%
Crédito Rural	2.156.227,53	2,36%	12.043,21	0,51%
Empréstimo/Financ.	2.603.209,28	2,85%	12.624,11	0,53%
Títulos Descontados	1.367.826,33	1,50%	1.452,53	0,06%
Total Geral	6.266.474,13	6,86%	27.021,58	1,14%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016

DEPÓSITOS À VISTA - SALDO EM 31/12/2016			
Depósito a Vista Total	Depósito a Vista (Partes Relacionadas)	% em Relação Depósito a Vista Total	
23.308.143,81	127.588,73	0,55%	
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SALDO EM 31/12/2016			
Aplicações Financeiras Totais	Aplicação (Partes Relacionadas)	% em Relação Aplicação Financeira Total	Taxa Média - %
68.101.820,58	458.654,96	0,67 %	85% CDI

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas (1)	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva (2)
Cheque Especial	5,80% a.m. a 8,80% a.m.	8,80% a.m.
Cheques Descontados	1,90% a.m. a 2,79% a.m.	1,99% a.m. a 3,29% a.m.
Empréstimos	1,60% a.m. a 3,57% a.m.	1,60% a.m. a 3,57% a.m.
Crédito Rural – RPL	1,60% a.m. a 2,13% a.m.	1,60% a.m. a 2,63% a.m.
Crédito Rural - Repasses	5,50% a.a. a 9,50% a.a.	2,50% a.a. a 9,50% a.a.
Aplicação Financeira	80% a 90% CDI	80% A 95% CDI

(1) Taxas praticadas a época da contratação da operação

(2) Taxas vigentes em 31/12/2016

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas, que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa (conselheiros de administração) é representado por honorários, cédulas de presenças em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS - EXERCÍCIO DE 2016	
Honorários Diretoria	634.436,07
Conselho de Administração	273.246,28
Gratificação Diretoria	53.878,62
FGTS Diretoria/Conselho Administração	55.065,08
INSS Diretoria/Conselheiros	186.473,23
TOTAL	1.203.099,28

22. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. SICOOB CENTRAL CREDIMINAS

O **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum, em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e pelas normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como a facilitação da utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e a implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras medidas.

O **SICOOB CREDIUNA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a Sicoob Central Crediminas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo circulante Relações interfinanceiras centralização financeira (nota 5)	39.948.586,94	39.218.523,25
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	3.826.248,83	3.737.460,51

23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 24.470.934,18 e em (31/12/2015) - R\$ 19.836.881,99 referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192/13, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2016.

26. Gerenciamento de Risco e de Capital

26.1 Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- e) elaboração de propostas de atualização da política;
- f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;

- h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB CREDIUNA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:
 - d.1) valor em Risco (Value at Risk – VaR);
 - d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - d.3) cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - d.5) cenários de stress para risco de liquidez.
- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;

- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

26.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

26.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB CREDIUNA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

Itaúna – MG, 23 de Janeiro de 2017.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. SICOOB CREDIUNA

Luciano Olímpio Guimarães

Presidente do Conselho Administração

Lindair Vicente de Resende

Vice Presidente do Conselho Administração

Clébio Augusto da Silva

Conselheiro de Administração

Etelvino Carvalho Santos

Conselheiro de Administração

José Maria Dornas

Conselheiro de Administração

Maria Lucélia de Oliveira Antunes

Conselheira de Administração

Moacir Parreira da Silva

Conselheiro de Administração

Rosenei Monteiro Lima Andrade

Conselheira de Administração

Paulo Cesar de Freitas

Diretor Executivo Financeiro

Geraldo Márcio de Moraes

Diretor Executivo Administrativo

José Osvaldo da Silva
Contador CRC MG 084.114

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, reunidos em 31 de janeiro de 2017, em cumprimento as disposições estatutárias, declara que procedeu ao exame do Balanço Patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de resultado, elaborada sob a responsabilidade de sua administração. A nossa responsabilidade é de fiscalizar e expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Considerando a relevância dos saldos e o volume das transações, a constatação se deu com base nas demonstrações contábeis mais representativas adotadas pela administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas e o parecer da Auditoria, representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento e aprovação pela Assembléia Geral Ordinária.

Itaúna, 31 de janeiro de 2017.

Arisio de Oliveira Campos

Daniel Faria Oliveira

Luiz Fernando Longo

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. - SICOOB CREDIUNA
Itaúna-MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Itaúna Ltda. – SICOOB CREDIUNA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles interno relevante para a auditoria para planejarmos procedimento de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles interno da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 30 de janeiro de 2017.



Antônio Alberto Sica
Contador CRC MG – 080.030/O-0
CNAI 1.845

NOSSAS AGÊNCIAS

BONFIM

Rua Benedito Valadares, 222 - Centro - (31) 3576-1684

BRUMADINHO

Rua Presidente Vargas, 136 - Centro - (31) 3571-3385

CRUCILÂNDIA

Av. Coronel Parreiras, 424 - Centro - (31) 3574-1627

IGARAPÉ

Rua Cristiano Machado, 426 - Centro - (31) 3534-3584

ITATIAIUÇU

Praça Antônio Quirino da Silva, 88 - Centro - (31) 3572-1707

ITAÚNA (MATRIZ)

Rua Silva Jardim, 822 - Universitário - (37) 3249-2100

MÁRIO CAMPOS

Rua João de Carvalho, 74 - Centro - (31) 3577-2344

MATEUS LEME

Rua Getúlio Vargas, 270 - Centro - (31) 3535-1496

RIO MANSO

Rua Antônio Pedro de Melo, 28 - Centro - (31) 3573-1220



www.sicoobcrediuna.com.br

Ouvidoria: 0800 725 0996 | Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458